



REQUERIMENTO Nº 4469/2022

EMENTA: REQUER AO PREFEITO MUNICIPAL INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE O USO DOS R\$ 56,7 MILHÕES RECUPERADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO SEVANDIJA, QUE ENVOLVIAM O ESQUEMA DE CORRUPÇÃO ENTRE AEGEA E O ANTIGO DAERP, CONFORME ESPECIFICA.

SENHOR PRESIDENTE,

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

CONSIDERANDO a matéria veiculada pelo portal de jornalismo Farolete, o qual aponta que o montante de R\$ 56,7 milhões recuperados pela operação Sevandija, no âmbito do esquema de corrupção que envolveu a empresa Aegea e o antigo Daerp, R\$ 45 milhões teriam sido gastos com despesas corriqueiras e ordinárias;

CONSIDERANDO que, *não obstante a autonomia de gestão orçamentária delegada ao Poder Executivo para utilizar verbas e recursos financeiros à seu critério*, mormente através da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, se fazia extremamente necessário e simbólico para a cidade que esse montante fosse utilizado para criação, consecução de uma política pública que tratasse de dificultar e afastar a possibilidade de um atentado ao erário municipal, investimento em equipamentos, cursos de capacitação técnica para os servidores, convênios com entidades e órgãos de investigação, sistemas que porporcionassem maior transparência às relações contratuais e quejandos;

CONSIDERANDO que dos R\$ 5,3 bilhões, recuperados pela Petrobras, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que R\$ 1,6 bilhão fosse aplicado





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

no combate à pandemia de coronavírus, e que R\$ 250 milhões foram encaminhados ao Ministério da Cidadania e outros R\$ 250 milhões o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO, ainda, que foram dedicados R\$ 100 milhões para ações socioeducativas em parceria com estados, preferencialmente em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (**valor recuperado pelo Daerp corresponde a 56,7%**), e R\$ 530 milhões ao Ministério da Defesa, com a orientação que a pasta utilizasse o dinheiro especificamente em ações em defesa da Amazônia (**valor recuperado pelo Daerp corresponde a 10,6%**)

CONSIDERANDO que o fato do montante recuperado à título de indenização ao Daerp não estar segregada, e sim em sua conta geral, **não obstará** a sua segregação quando da reforma administrativa que transformou a autarquia em secretaria da administração direta, podendo e devendo, á época, ter encaminhado o valor para uma dotação orçamentária especial;

REQUEREMOS, nos termos constitucionais e regimentais;

1. Como o valor de R\$ 56,7 milhões recuperados pelo Daerp, no âmbito do esquema de corrupção da operação Sevandija, foram gastos pelo poder público? Qual a relação de gastos?

2. Os gastos realizados com o valor de R\$ 56,7 milhões já não possuíam dotação orçamentária própria?

3. A matéria do Farolete afirma que, devido a contrapartidas do Governo Federal em obras, dos R\$ 56,7 milhões recuperados pela Operação Sevandija, somente R\$ 11 milhões podem ter sido destinados para investimentos pelo Daerp. E que (...) Não é possível, porém, rastrear sua utilização, já que o poder público alega que o dinheiro se misturou aos demais recursos:

3.1. Quanto foi investido pelo Daerp em 2020 e 2021 em obras e recursos de saneamento básico?





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

3.2 Como é possível o dinheiro de misturar com outros recursos, uma vez que, ainda que estivesse na conta geral, era um valor existente, real, e quantitativamente disponível em conta?

4. Porque o Executivo não buscou, quando trouxe o Daerp para administração direta, segregar este dinheiro para investir em projetos e específicos para a melhoria da cidade?

Fonte: <https://farolete.info/gestao-nogueira-evaporou-r-57-milhoes-recuperados-pela-sevandija-em-rp/>

Sala das Sessões, 07 de junho de 2022.

MARCOS PAPA
Vereador - PODE

